

Governo quer incentivar partos normais na rede privada de saúde

Proposta para reduzir alta taxa de cesáreas no país gera polêmica

CESAR BAIMA
cesar.baima@oglobo.com.br
DEMÉTRIO WEBER
demetrio.weber@bsb.oglobo.com.br

-RIO E BRASÍLIA- Nos filmes e na TV, são comuns as cenas de grávidas correndo para a maternidade diante de sinais da iminência do parto. Na vida real de muitos casais brasileiros de hoje, porém, os nascimentos costumam ter dia e hora marcados. Segundo o Ministério da Saúde, só na rede privada nada menos que 86,4% dos partos são cesáreas, uma taxa muito acima dos 15% recomendados pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Diante disso, o ministro Arthur Chioro anunciou ontem propostas para incentivar os partos normais no país com foco nos planos de saúde. As pro-

postas, no entanto, já recebem críticas de alguns especialistas.

Para reduzir o que Chioro classificou como uma "epidemia" de cesáreas, a ideia do governo é que a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) aprove duas novas resoluções. Na primeira, as clientes de planos de saúde teriam acesso a informações como as taxas de cesáreas por estabelecimento de saúde e por médico a fim de orientar a escolha do profissional e da instituição que as atenderá.

Já de acordo com a segunda, os hospitais privados passariam a ser obrigados a apresentar um documento detalhando o trabalho de parto, o chamado partograma, em que são registrados o ritmo das contrações e as condições do feto. Com isso, passaria a existir um documento registrando os motivos da opção pela cesariana, sem o qual os hospitais não poderiam receber o pagamento pelo serviço. Ambas as propostas ficarão abertas a con-

sulta pública de 24 de outubro a 23 de novembro. A expectativa da ANS é de que as medidas entrem em vigor em dezembro, podendo incorporar sugestões apresentadas pela sociedade.

— A gente vive uma verdadeira epidemia de cesárias no setor privado. Não somos contra o parto cesariano, que salva vidas (quando há indicação médica). Mas não podemos admitir como normal o que não é normal — justificou o ministro.

Para o presidente da Associação de Ginecologia e Obstetrícia do Estado do Rio de Janeiro, Marcelo Burlá, no entanto, o governo está tentando resolver com uma "canetada" questões que estão além de sua alçada, como a relação médico-paciente e o próprio direito da mulher de escolher que tipo de parto quer ter. Embora reconheça que a taxa de cesáreas no Brasil é muito alta, Burlá acredita que o assunto deve ser alvo de uma discussão mais ampla, envolvendo a comunidade

Números

86,4%

DOS PARTOS

Realizados na rede privada de saúde do Brasil são cesáreas.

40%

DOS PARTOS

Feitos dentro do Sistema Único de Saúde do país também são cirúrgicos.

15%

DOS PARTOS

Serem cesáreas é a taxa máxima recomendada pela Organização Mundial de Saúde.

médica, que afirma não ter sido consultada na elaboração das propostas, sociedade e governo.

— A alta taxa de cesáreas no Brasil é um problema importante que deve ser encarado, mas não com a busca de uma solução na base da canetada como essas propostas, que não passam de uma tentativa estapafúrdia do Ministério da Saúde de interferir na atividade médica — diz. — O que precisamos é esclarecer a população sobre os riscos e benefícios do parto normal e da cesárea, e garantir que os médicos tenham um incentivo econômico para acompanhar o trabalho de parto. Nos casos de gravidezes de alto risco, a decisão deve continuar a ser puramente técnica. Já nas de baixo risco, cabe ao médico estimular a opção pelo parto normal, mas a escolha é um direito da mulher, que deve ser respeitado. Fora isso, para nós só é inaceitável que a mulher seja submetida a uma cesárea contra a vontade dela.

Já a britânica Lesley Page, professora e presidente do Real Colégio de Parteiros do Reino Unido, também considera "excessivo e preocupante" o número de cesáreas no Brasil, mas destaca que o mais importante para a saúde da grávida e do bebê é um bom acompanhamento pré-natal.

— Algumas mulheres de fato precisam passar por cesáreas, mas não neste nível — avalia Page, que está no Brasil para participar de conferência sobre partos naturais promovida pela Fiocruz. — Creio, porém, que não se pode apenas proibir ou dificultar a realização de cesáreas. O que as mulheres precisam é de tratamento humanitário e apoio durante a gravidez e os partos, num sistema que conte com a participação de parteiras, médicos, enfermeiras e outros profissionais que assegure que ela e o bebê estejam no centro das atenções de forma que o nascimento tenha os melhores resultados físicos e psicológicos para ambos. ●